

A AUSÊNCIA DA ORIENTAÇÃO/EDUCAÇÃO SEXUAL NO CURRÍCULO DA ESCOLA E A FORMAÇÃO DOCENTE

Aldaberon Vieira do Nascimento; Maria José de Andrade Silva; Maria Liliane Soares da Silva; Veralúcia Lima da Silva

Secretaria Municipal de Educação de Lagoa de Dentro-PB; aldaberonvn@hotmail.com

Resumo

O trabalho ora apresentado, intitulado 'A ausência da orientação/educação sexual no currículo da escola e a formação docente', é uma proposta de discussão sobre a orientação sexual na escola e a sua ausência na formação dos(as) profissionais da educação, além da influência da família nesse discurso. Tem-se a educação como um instrumento indispensável à vida do ponto de vista da formação do sujeito e o papel da escola nessa formação. Como a família educa e encaminha para a escola o ser que já tem um conhecimento de vida a partir das relações com seus pares. A escola tem um currículo determinado pelo sistema e é influenciado pelo currículo oculto que se faz presente através das manifestações de comportamentos apresentados por todas as pessoas envolvidas no processo de educação. A Constituição Federal coloca a educação como um direito de todos(as) e as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos, bem como Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos corroboram com a legislação que prima por uma educação democrática que possibilite uma formação para o desenvolvimento do sujeito como cidadão(ã). Assim, espera-se que este trabalho possa servir como norte para as pessoas que prezam por uma educação que forme e informe para à vida e possa discutir gênero e sexualidade como um tema ou componente do currículo escolar que compõe a formação, livre de tabus e preconceitos e que auxiliem no desenvolvimento e uma melhor relação escola-família.

Palavras-chave: educação sexual, gênero e sexualidade, formação de professores(as), legislação. educação sexual

Introdução

A escola é redentora de autonomia para discutir uma proposta pedagógica calcada num programa que direcione alunos(as) e profissionais por um caminho que possibilite um aprendizado mútuo que facilite um entendimento de mundo e suas necessidades. Assim, a questão de gênero e sexualidade torna-se uma assunto que requer uma atenção para sua inclusão no projeto pedagógico da escola, uma vez que no currículo oculto estão inseridas as nuances dos anseios mais explícitos dos discentes e por consequência a falta de ação do(a) professor(a) no debate de tal temática.

Assim, a discussão da temática neste contexto se dar pela necessidade de se trabalhar as diversidades advindas das realidades de cada membro da comunidade escolar e de forma mais particular, a questão de gênero e sexualidade que se

apresenta na escola e na família de forma inibida com tabus e preconceitos.

Partindo da necessidade de abrir espaço para um debate mais amplo sobre o assunto em questão, objetiva-se de forma geral, analisar a ausência das questões de gênero e sexualidade no currículo escolar e suas causas do ponto de vista do(a) profissional. E de forma mais específica, discutir as possíveis causas da insegurança dos(as) professores(as) para trabalhar gênero e sexualidade na escola; compreender o papel da escola na formação discente; ampliar o discurso, enquanto profissional da educação a respeito da temática de gênero e sexualidade na educação básica.

Este texto é uma proposta de debate para ampliar a discussão em torno da temática de gênero e sexualidade. Num primeiro momento, A Educação Sexual em discussão explicita um breve contexto histórico sobre a sexualidade humana e seus discursos no meio.

Num segundo momento, o texto se propõe a relatar um pouco sobre a Formação docente e orientação no currículo. De acordo com a LDB que preza pela formação dos(as) profissionais da educação, a escola deve oferecer formação continuada para os(as) professores(as), afim de que possam oferecer em sala de aula um conhecimento que atenda às necessidades dos(as) estudantes e de toda comunidade escolar.

A Educação Sexual em discussão

A educação é um instrumento indispensável à vida do sujeito para uma convivência mais harmoniosa com seus pares e um maior domínio de si. Assim, tem-se que a educação é algo que pode ser adquirido em casa, na escola, na sociedade, com a família, com os(as) professores(as), com os agentes sociais. Além de ser um direito garantido pela Constituição enquanto política pública e indispensável à pessoa humana. Faz parte da educação uma série de aspectos que colaboram com a formação pessoal e social do sujeito e sua dinâmica de vida.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos – DNEHDH - (2013), o indivíduo por ser pessoa humana possui direitos à vida, à família, à alimentação, à educação, ao trabalho, à liberdade, à religião, à orientação sexual, ao meio ambiente sadio, entre outros. Dessa forma, tais diretrizes reforçam o que está na Constituição Federal, quando temos que a educação é uma política pública que constitui um direito de ‘todos(as)’. Não opondo-se, pluralizar esse ‘Direito’, isso implica uma educação sem distinção, sem exclusão ou qualquer tipo de entendimento que

possa distanciar alguém de ter acesso a qualquer tipo de educação, que seja, no mínimo oferecida pelo o Estado. De tal forma, pretende-se aqui, lançar um olhar sobre a educação voltada ao Direito Humano à Orientação Sexual. Ou Educação Sexual, haja vista as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos introduzirem que “a educação é um instrumento imprescindível para que o indivíduo possa reconhecer a si próprio como agente ativo na modificação da mentalidade de seu grupo, sendo protagonista na construção de uma democracia” (Brasil, 2013, p. 11). E o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH corrobora com as DNEDH afirmando que “para o exercício da cidadania democrática, a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, requer a formação dos(as) cidadãos(ãs)” (BRASIL, 2013, p.16).

Não é tão contemporâneo pensar a sexualidade como forma de discutir a educação. Há muito tempo a humanidade já apresentava anseios de falar do assunto. Michel Foucault (1988) em sua obra “História da Sexualidade I: a vontade de saber” apresenta indícios de como a humanidade desde sempre falava sobre sexo. De maneira mais inibida ou não, utilizando-se de diferentes argumentos ou meios: a medicina, a pedagogia, a psiquiatria, a justiça penal, a economia. Em alguns casos mais incisivos, em outros, menos, porém não mais adormecido. No século XVIII,

Criaram-se em todo canto incitações a falar; em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular. [...] Talvez nenhum outro tipo de sociedade jamais tenha acumulado, e num período histórico relativamente tão curto, uma tal quantidade de discurso sobre sexo. [...] No que diz respeito ao sexo, a mais inexaurível e impaciente das sociedades talvez seja a nossa (FOUCAULT, 1988, p.39).

Contudo, isso não implica que o assunto por ter sido tão discutido tenha diminuído ou saciado o desejo de falar mais sobre ele. Uma vez que “a sexualidade é um elemento integrante da própria natureza e abrange a dignidade humana” (FREITAS, 2013, p. 447). Outras pessoas, de outra maneira, a partir de outros pontos de vista continuam discutindo o assunto e buscando novos caminhos para falar sobre sexualidades.

É certo que a sexualidade desperta curiosidades e incita ao prazer de discuti-la em todas as épocas. Fato é que o século XX traz vários relatos de discussão e tentativas de incluir a orientação/educação sexual nos currículos das escolas brasileiras como forma de orientar para a vivência da sexualidade. Contudo, ainda em pleno século XXI, observa-se que não é tão fácil lidar com este assunto na escola. Profissionais e

alunos(as) se deparam corriqueiramente com impedimentos e outras formas de intimidar as manifestações que se destinam incluir tal temática refletindo, assim, na ausência da matéria no currículo da escolar.

A Formação docente e orientação no currículo

Um fator de significativa importância na vida profissional é a formação. O mercado de trabalho cada vez mais preza pela capacitação de seus/suas profissionais para alcançar um bom desempenho em suas atividades laborais. Na educação, contudo, não é diferente. As instituições escolares buscam, cada vez mais profissionais capacitados(as) e “abertos” para lidar com assuntos latentes na vida de crianças, adolescentes e jovens para atuarem em sala de aula e/ou afins. A legislação educacional que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, instrui à formação básica para atuação profissional no magistério:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996).

Além da formação em nível superior, a legislação educacional garante a formação continuada para os(as) profissionais no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. Isso implica pensar a educação com um olhar de crescimento, desenvolvimento constante. Não se pode pensar o(a) profissional envolvido com a educação de forma estática. Viver esse universo hoje significa estar em constantes mutações, buscando novos horizontes, alçando novos voos. É um desafio constante lidar com crianças, adolescentes e jovens na atual conjuntura, haja vista esse público está conectado a um mundo de informações rápidas e muitas vezes pouco aprofundadas, sobretudo quando se refere ao uso das tecnologias de informação. Então, o(a) profissional que lida com tal público deveria manter seu interesse na busca diária de acompanhar e compreender as mudanças do seu tempo, e que pense o currículo, observando os desafios cotidianos do processo ensino aprendizagem.

Lidar com a educação em todas as etapas requer conhecimento. São muitas lacunas abertas no percurso do processo de ensino e aprendizagem com as matérias que já são cotidianas, contudo há uma série de outros que aparecem de forma

latente no currículo e que não são abordadas. Isso acontece, por exemplo com a questão de gênero e sexualidade que está sempre presente no ambiente escolar, familiar, mas, não encontra na escola um espaço fértil de discussão. Alguns entraves como: insegurança, falta de apoio da gestão escolar e da família, falta de formação, preconceito dentre outros, dificultam a possibilidade de abordar essa temática em sala de aula. Apesar das diversas dificuldades, quem seria o profissional indicado, para trabalhar a temática na escola? Para orientar os(as) estudantes nas mais diferentes dúvidas que o assunto instiga quando se trata de lidar com desejos, anseios, repressões, preconceitos, prazeres, proibições, intimidações? É essa importância de adquirir novos conhecimentos.

Tem-se que, por ser a pessoa que passa maior parte do tempo em contato com o aluno em sala de aula, seja o professor, provavelmente o mais indicado para abordar tal assunto. Contudo nem sempre isso é sinônimo de “melhor opção”. Há quem diga que os componentes curriculares de Ciências e Biologia sejam os mais indicados para tratar do assunto. Ou que por este viés, sejam os(as) professores(as) de tal componentes as pessoas certas para lidar com a temática em sala de aula e que assim, todos os problemas estariam resolvidos. Entretanto, os percalços do assunto vão um pouco além desses componentes.

A psicóloga Yara Sayão (1997) afirma que não seria necessariamente um(a) especialista no assunto a pessoa mais indicada para iniciar o trabalho na escola. Muitas instituições ao reconhecer a importância do tema optam por fazer alguns trabalhos pontuais e convidam psicólogos(as), médicos(as), enfermeiros(as) ou outros(as) profissionais da saúde ou áreas afins. De acordo com Sayão, o trabalho deve ser iniciado com o(a) profissional que se sentir disponível para tal ação, que não seja necessariamente uma pessoa ligada a área biológica, mas é fundamental que mantenha a postura do(a) professor(a), reconheça como legítimas as questões dos(as) alunos(as) e acolha-as com respeito. O seja, qualquer profissional da educação que se sinta à vontade e que busque uma formação em temas afins à sexualidade. Ela acrescenta:

O educador interessado deve entrar em contato com as questões teóricas, leitura e discussões sobre as temáticas específicas e suas diversas abordagens, assim como ter acesso a um espaço grupal de supervisão do trabalho realizado. Esse espaço deve ser sistemático para que seja possível acompanhar as dificuldades ao longo do percurso (SAYÃO, 1997, p. 115).

Mediante o exposto, reconhece-se o perfil da pessoa que deve trabalhar com a questão da sexualidade na escola e como deve ser feito esse trabalho. É

pertinente prezar sempre formação, conhecimento de causa e disponibilidade para buscar sempre mais informações. Como orienta a LDB, que essa formação seja contínua. E que a instituição escolar firme parcerias com outros órgãos, outros campos ou espaços de discussão, como a família que pode contribuir com a educação dos seus/suas educandos(as) para saber lidar com seus pares informando, orientando, desenvolvendo as suas funções de escola, de família. Que possa, se não acabar, reduzir o preconceito e os tabus envolvidos nas questões de gênero e sexualidade que permeiam, ainda, a sociedade.

O trabalho com gênero e sexualidade se depara com muitos obstáculos que configuram barreiras na discussão de gênero e sexualidade. Para Santos *et al.* (2013, p. 429), “as relações de gênero são construções culturais e revelam relações de poder.” E acrescenta:

Considerando que as preocupações da escola ainda não atinjam às relações humanas com a necessária atenção e limitam-se, não raro, ao desempenho acadêmico de alunas e alunos, é necessário despertar o olhar crítico à prática educativa efetiva pela e na escola, no tocante às questões de gênero, junto àqueles(as) que a planejam e efetivam nas práticas escolares [...] (SANTOS *et al.*, 2013, p. 432).

Na atual conjuntura já se observa um discurso voltado para a uma gestão mais democrática na educação, isso implica que a escola deveria ter autonomia para usar com criticidade um currículo escolar que norteie um plano curricular que atinja as relações humanas dentro de uma política que evidencie as nuances dos(as) educandos(as) dentro de sua diversidade.

É pertinente criar um espaço de debate e participação dentro da proposta pedagógica da escola que propicie a participação de toda a comunidade como objetiva tal documento da gestão. Isso possibilitará uma atenção mais voltada para os anseios dos(as) estudantes e também dos(as) profissionais da escola quanto as relações humanas provocando uma relação mais humanizada dentro de uma atmosfera de ensino e aprendizagem que permite um olhar para as diversidades de comportamentos que constituem o currículo escolar, sobretudo o currículo oculto, onde se encontra, também, a inibição das relações de gênero e sexualidades que são intimidadas nos espaços escolares.

Diante de todos os percalços que se observa na relação escola, profissional, formação, pais/responsáveis com a temática da sexualidade, percebe-se uma certa resistência por parte destes atores envolvidos. A escola enfrenta o desafio da insegurança dos(as) envolvidos(as) no processo de ensino. Quando não a sua falta, está atrelada à pouca informação e/ou até mesmo a uma cultura enraizada em tabus de gerações passadas

que tinham para si que não podiam falar sobre sexo/sexualidade. Isso postulado na maioria dos casos à educação familiar que não permitia discutir o assunto mesmo quando ele se fazia presente no comportamento cotidiano da instituição. Contudo, o fato é que a escola, diante de todas as resistências tem assumido influência na educação sexual. Seguida da família, que mesmo quando resiste é o espaço onde acontece os primeiros contatos associados a noções e valores de sexualidade com frisa Yara Sayão (1997). E no quesito formação as várias influências ou resistências apontam uma série de contrapontos ligados às instituições escola e família. A formação acadêmica que não forma o(a) profissional adequadamente, os órgãos de coordenação que não oferecem formação continuada sobre o assunto, mesmo quando reconhece as orientações da legislação educacional e os documentos oficiais e em alguns casos a acomodação por parte dos profissionais que não querem sair da sua zona de conforto.

Fato, é que a sexualidade é uma necessidade humana e como tal precisa ser conhecida, assim como afirma Yara Sayão (1997, pp, 113/114): “A vivência da sexualidade é estruturante da trajetória pessoal e constitui-se na complexa combinação de muitos elementos de cunho subjetivo e da relação com o outro”. Família, escola, sociedade têm um papel importante na formação do(ã) cidadão(ã), e assim precisam traçar estratégias e cumprir planos que assegure uma educação sexual as(aos) suas/seus agentes.

Diante do foi exposto, ao que corrobora com as palavras de Foucault (1988, pp. 160-161): quanto a nós, estamos em uma sociedade do “sexo”, ou melhor, “de sexualidade”: os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada.

E ele tão contemporâneo quanto o assunto em discurso, incita a concordar que “atualmente, nossa tarefa é compreender a sexualidade. Hoje em dia, a compreensão plenamente consciente do instinto sexual importa mais do que o ato sexual” (FOUCAULT, 1988, p. 172)

Daí, considera-se a sexualidade um assunto que deve estar presente no currículo da escola e nos programas de formação do(a) professor(a).

Metodologia

Sendo a metodologia a parte da pesquisa onde se demonstra como o trabalho foi realizado, tem-se neste artigo uma pesquisa de Revisão Bibliográfica que expressa nossas visões a respeito da questão de gênero e sexualidade - sendo este

objeto de estudo - no contexto educacional. Onde a construção do mesmo se deu através do levantamento de dados empíricos revisando referências bibliográficas de autores como Freitas (2013), Santos (2013), Sayão (1997), Foucault (1988). Além de Documentos Oficiais como as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (2013), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2013) e a Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

Quanto aos objetivos da pesquisa, o trabalho se constitui como explicativo por buscar respostas para a problemática apresentada. O método utilizado foi o dedutivo, observando-se a combinação e as ideias apresentadas neste contexto a partir dos dados levantados na pesquisa que teve como técnica “observação”.

Diante da releitura feita aos textos e buscando-se comparar as teses apresentadas pelos(as) autores(as), as legislações e nossas impressões reafirmadas a partir das observações do cotidiano do trabalho e as posições construídas nas décadas de trabalhos, o resultado alcançado é o que mostra-se através das técnicas, métodos e objetivos traçados e discutidos no decorrer desta produção.

Resultados e discussão

De acordo com a temática escolhida para desenvolver este trabalho, visando uma reflexão mais contundente sobre a sexualidade humana como esta é vista e pensada na escola, bem como no contexto familiar, observou-se que há uma resistência dos(as) professores(as) para lidar com o assunto na sala de aula em virtude de alguns aspectos que relataremos buscando um entendimento para a ausência da orientação sexual na escola como parte do currículo escolar.

Preconceito com temas como homossexualidade, aborto, sexo na adolescência, falta de formação para os(as) profissionais, receio dos pais, insegurança, são pontos levantados que justificam a ausência da Orientação Sexual no currículo das escolas. Numa pesquisa para a produção da sua dissertação, Nascimento (2015) aponta esses aspectos como sendo as razões pelas quais a sexualidade não aparece nas propostas pedagógicas das escolas. É fato que os cursos de licenciaturas não contemplam a temática, mesmo tendo na legislação educacional orientações para trabalhá-la. Outros documentos, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais, Planos de Educação e ações como as da Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi, também contemplam orientações para o trabalho nas escolas. Contudo, por ser um tema que ainda rodea-se de tabus, há uma forte resistência para lidar com o mesmo no cotidiano escolar.

De acordo com a pesquisa apresentada por Nascimento (2015), para 17% dos(as) pesquisados(as) a ausência da temática no currículo da escola é conferido a falta de formação para os(as) profissionais, tanto nas licenciaturas como nas formações continuadas ofertadas pelas secretarias de educação, seguido de 44% de profissionais que atribuem essa ausência aos tabus e preconceitos que o tema insere nas pessoas.

Tem-se que família é uma contribuinte para a formação dos discentes, seja de forma positiva, seja de forma negativa quando interferem nos assuntos e não conseguem orientar com clareza, haja vista o contexto sociocultural e geracional onde estão inseridos(as) que não se mostram a vontade para discutir a questão de gênero e sexualidade no seio familiar e acaba interferindo no currículo da escola, mesmo que de forma oculta.

Mediante o exposto, tem-se que o fator formação dos(as) profissionais e o fator tabu e preconceitos - esses advindos de uma cultura arraigado pelas gerações que não tinham muita abertura para falar sobre o assunto, são fatores incisivos na questão gênero e sexualidade se tornarem ausentes na realidade das escolas quando as pessoas que constituem esses espaços lidam com situações corriqueiras no ambiente educacional, pois de forma explícita ou oculta, várias manifestações se apresentam expondo através de gestos e/ou comportamentos a maneira como crianças e adolescentes lidam ou tentam lidar com as descobertas de seus corpos e suas sexualidades.

Conclusões

O debate em torno da sexualidade humana é tema bastante polêmico e complexo de lidar na família e na escola. Apesar de estarmos vivendo na era da informação e comunicação, num Estado de Direito Democrático, essas duas instituições demonstram bastante resistência nessa temática.

Apesar da exigência do mercado de trabalho e dos fortes apelos vistos nos comportamentos das pessoas, sejam em qual fase da vida se encontrem, a sexualidade toma uma conotação íntima (e moralista), que intimida as pessoas, motivando-as a silenciar ou

ignorar as mensagens emitidas nas conversas e nos comportamentos das pessoas no entorno.

É sadio conhecer o corpo, seus limites e seus desejos. E Isso pode acontecer de modo tranquilo e sem a carga da moralidade e do preconceito, quando, os agentes socioeducativos, estão preparados e se dispõem a ajudar no esclarecimento de dúvidas e questionamentos, que surgem naturalmente, pelos anseios de conhecer sua sexualidade. Assim, todo sujeito deve conhecer bem seu corpo e como lidar com as reações advindas das manifestações provocadas pelos sentidos sexuais.

Diante do exposto, conclui-se que a família e a escola reconhecem a necessidade de trabalhar a orientação sexual, mas são impelidas por suas culturas, crenças e religiões pela insegurança, pela falta de formação, por temerem uma reação dos pais e/ou responsáveis e etc. Contudo, percebe-se que apesar de não haver um debate explícito, a questão da sexualidade mostra-se por vezes explícitas, mas sem a devida preparação e maturidade em abordar o assunto, e de modo velado e latente nos debates/embates, nos comportamentos e nas diferentes expressões apresentadas nas crianças e adolescentes na comunidade escolar.

Referências

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais – Brasília. Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. 2013.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I, a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. (Rio de Janeiro, 1988) São Paulo. Graal, 2010.

FREITAS, Fernanda Isabela Oliveira. O ensino da fundamentação jurídica no contexto da transexualidade a partir do método do caso: uma proposta de intervenção didática de produção textual em direito civil. In: SILVA, Antonio de Pádua Dias da; RIBEIRO, Maria Goretti (org.). **Rumos dos estudos de gênero e sexualidades na agenda contemporânea**. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

NASCIMENTO, Aldaberon Vieira do. **A Ausência da Disciplina de Orientação Sexual nas Escolas de Ensino Fundamental II no Município de Lagoa de Dentro-PB**. 2016. 106 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Universidad Autónoma Del Sur - UNASUR. Assunção-Paraguai.

SANTOS, Anita Leocádia Pereira dos *et al.* Relações de gênero e homofobia nas escolas: um estudo no brejo paraibano. In: SILVA,

Antonio de Pádua Dias da; RIBEIRO, Maria Goretti (org.). **Rumos dos estudos de gênero e sexualidades na agenda contemporânea**. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In AQUINO, Julio Groppa (org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo. Summus, 1997.